

Greve na Emdec: Justiça do Trabalho marca audiência de conciliação para o dia 16

TRT-15 marca audiência no dia 16 para tentar mediar o impasse da greve de funcionários na Emdec

Por **Moara Semeghini**

Após a deflagração da greve pelos trabalhadores da Trabalhadores da Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (Emdec) e o impasse nas negociações do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT-15) agendou para o próximo dia 16 de setembro uma audiência de mediação e conciliação entre a empresa e o sindicato da categoria. A medida busca encontrar uma solução para o conflito que resultou na paralisação dos serviços.

Segundo o Sindviários, a decisão pela greve ocorreu devido à falta de avanço nas sucessivas tentativas de negociação e à rejeição da proposta apresentada pela empresa pela categoria. Além da paralisação, os trabalhadores iniciaram uma operação-padrão por tempo indeterminado, cumprindo rigorosamente os procedimentos e normas de segurança, sem a realização



Trabalhadores da Emdec entraram em greve no 7 de Setembro em Campinas

de horas extras ou improvisos diante da falta de materiais.

O sindicato cobra a reabertura das negociações e uma proposta salarial que represente valorização efetiva para a categoria. Outra reivindicação é a garantia de que o futuro enquadramento no Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS) reconheça o tempo de serviço dos atuais trabalhadores.

Para reduzir os efeitos da greve na mobilidade urbana, a Emdec obteve uma liminar junto ao TRT-15 que garantiu a manutenção de ao menos 80% dos trabalhadores previamente escalados para

operações especiais. O descumprimento do percentual mínimo fixado pela Justiça prevê multa diária de R\$ 30 mil ao sindicato. A empresa também informou que organizou um esquema de orientação à população com apoio de colaboradores de outras áreas para minimizar os impactos no atendimento.

A gestão da Emdec reitera que manteve o diálogo aberto com a categoria e detalhou os termos da proposta apresentada. A oferta da empresa prevê a elevação do índice de reajuste salarial de 4,39% para 4,80%, valor superior ao IPCA, além de um reajuste de

11% nos vales alimentação e refeição. A proposta contempla também o aumento no Programa de Participação nos Resultados (PPR) de 10,52% para 13,16%, alcançando R\$ 2.150,00. Quanto ao Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS), a empresa informou que a revisão é conduzida por uma consultoria contratada e que os impactos financeiros seguem em estudo, sem integrar a pauta econômica do Acordo Coletivo de Trabalho neste momento.

Diante do impasse, a audiência no TRT-15 no dia 16 representa a próxima etapa para tentar mediar um acor-

do entre as partes e encerrar o movimento grevista.

SOBRE A EMDEC

A Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (Emdec) é uma empresa de economia mista responsável pela gestão do trânsito e do transporte público municipal. Suas atribuições incluem o planejamento viário, sinalização, fiscalização e administração de linhas de ônibus, táxis e transporte escolar. A autarquia administra a Zona Azul Digital, o Pátio Municipal e o atendimento pelo telefone 118 ou WhatsApp (19) 3731-2910.

Dia D para negociação de IPTU será nesta quinta, na Prefeitura

Da **Redação**

A Prefeitura de Campinas promove nesta quinta-feira, 10 de setembro, o Dia D do Concilia Campinas para negociação de débitos de IPTU. O atendimento será realizado das 8h às 17h, no Porta Aberta do Paço Municipal, e é voltado a contribuintes que discutem judicialmente o valor venal do imóvel e já têm laudo pericial conclusivo homologado pela Justiça.

Segundo a administração municipal, cerca de 130 contribuintes estão contemplados nesta etapa. A proposta é per-

mitir que os acordos sejam firmados com base no novo valor reconhecido judicialmente, o que pode facilitar a regularização das pendências e dar mais previsibilidade ao contribuinte.

“É uma oportunidade para simplificar a regularização, reduzir burocracias e buscar uma solução consensual para processos que já passaram por uma perícia judicial”, explicou o procurador-geral do município, Roberto Martins Granja. Na prática, se o contribuinte questionou judicialmente o valor do IPTU e a perícia definiu um novo valor, homologado



Débitos de IPTU: renegociação baseada no valor venal definido pela Justiça

pela Justiça, a negociação poderá considerar esse valor. Por exemplo, se a cobrança original era de R\$ 1 milhão e a Justiça reconheceu como correto o valor de R\$ 800 mil, o acordo poderá ser feito com base no valor homologado.

Segundo Granja, a medida também contribui para dar mais segurança jurídica e previsibilidade aos contribuintes e para que a Prefeitura possa regularizar os débitos. “Nosso objetivo é oferecer uma solução mais rápida e segura, permitin-

do que os contribuintes regularizem sua situação e que os recursos retornem para a cidade em áreas como saúde, educação, infraestrutura e assistência social”, afirmou.

DIA D

Além de negociar os débitos, o Dia D também servirá para esclarecer dúvidas e verificar se o caso do contribuinte se enquadra nessa modalidade do Concilia Campinas. A Procuradoria-Geral do Município informou ainda que está enviando e-mails aos contribuintes potencialmente beneficiados pela ação e que a regularização dos valores contribui para que os recursos retornem à cidade em áreas como saúde, educação, infraestrutura e assistência social. O atendimento será na avenida Anchieta, 200, no Paço Municipal.